

Edição
concluída
às 22h45

www.dcomercio.com.br

O jornal do empreendedor

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Ano 79 - Nº 21.565



São Paulo, segunda-feira, 16 de fevereiro de 2004

R\$ 0,60

D Distribuidora
Suprindo suas necessidades

- Material de Limpeza
- Descartáveis
- Material para Escritório

Vide anúncio

Tel.: 3326-3737

OS SEM-CNPJ

87,7% dos
pequenos
empreendedores
perdem
a cabeça
com a
burocracia

Fórum sobre
burocracia
hoje na ACSP

Pesquisa exclusiva
da FGV
Página 10

Idéia: Empreendedor
Pessoa Física Urbana
Página 16

Editorial: O habitat
da informalidade
Página 2



Os Sem - CNPJ são maioria no País

Burocracia e fúria tributária deixam os pequenos negócios à margem da constituição legal. Situação impede o desenvolvimento do Brasil. Assuntos serão abordados hoje em evento na ACSP.

As micro e pequenas empresas do País estão na informalidade por causa da burocracia e elevada carga tributária. De acordo com estudo elaborado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), obtido com exclusividade pelo *Diário do Comércio* - 87,7% dos negócios com menos de 5 funcionários não têm sequer Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). É a primeira vez que as estatísticas da informalidade são identificadas de forma detalhada.

Os dados da amostra, que reuniu 50 mil empresários, apontam que entre as formalizadas (12,3%), apenas 9,3% têm registro de micro empresa, 9,7% declaram imposto de renda - mas 60% se declaram isentos - e 22,7% afirmam ter posse e licença municipal e estadual.

Os percentuais podem confundir à primeira vista mas tratam diferentes graus de informalidade no País. "Uma empresa pode existir no município mas não perante o Estado. Outra pode existir de fato e não se constituir perante a previdência", explica o chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, Marcelo Neri, coordenador do estudo.

Outro dado assustador é que 85% dos micro e pequenos empresários não pagam nenhum imposto direto. "Existe uma economia subterrânea formada por pessoas e empresas. Essa é uma tendência que vem aumentando nos últimos

15 anos", destaca Neri. A causa de tamanha evasão fiscal, segundo ele, está na voracidade do Fisco e na estruturação do sistema tributário que leva as empresas a não se constituírem formalmente.

Joseph Couri, presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do estado de São Paulo (Simpi), lembra que a pesquisa reafirma a urgência de reintegração dessas empresas e cidadãos ao País. "Quando a maioria está na ilegalidade significa que a lei precisa ser mudada em todos os seus aspectos. A legislação dos trabalhadores não vem garantindo seus direitos. Não é à toa que 56% da mão-de-obra empregada está na ilegalidade. A simplificação ao crédito também não está acontecendo e não atrai essas empresas para a economia formal".

Crédito- Do montante de empresas pesquisadas pela FGV, 23% afirmaram ter dívidas pendentes enquanto 77% não. Dentre aquelas que conseguiram acesso ao crédito, 34,3% estão formalizadas com CNPJ. Já dentre os negócios sem dívidas, apenas 18,7% estão formalizadas. "Os dados mostram que o acesso ao crédito que deveria ser um incentivo à formalização não está funcionando", diz Couri.

Para o economista Marcel Solimeo, do Instituto de Economia Gastão Vidigal, da Associação Comercial de São Paulo (ACSP),



Neri: coordenador do estudo

Informalidade

(em %)

87,7

das micro e pequenas empresas com até 5 funcionários não têm constituição jurídica (CNPJ)

56

da mão-de-obra empregada não têm registro

85

das empresas não pagam impostos diretos

Fonte: FGV

o estudo mostra que na atual situação fiscal é impossível se constituir e contratar na formalidade. "Se a empresa não suporta pagar os custos da burocracia, geralmente associada à fúria tributária, não tem meio termo: fica na informalidade. E esses fa-

A realidade dos empreendedores no País:

(em %)	Participação	Índice de formalidade (CNPJ)
Onde o negócio é desenvolvido?		
Fora do domicílio	80	24,3
No domicílio	20	13,4
É filiado a cooperativa ou associação?		
Sim	35	48,6
Não	65	15,9
Tem dívida pendente?		
Sim	23	34,3
Não	77	18,7
Tem clientela fixa?		
Sim	11	20,1
Não	89	21
Vende a prazo?		
Sim	73	26,5
Não	27	13,3
Ranking da formalidade entre os principais estados		
RS	11	33,3
MG	16	28,2
PR	8	26,2
SP	27	23,9
RJ	8	16,4
BA	4	13,3

Fonte: FGV

tores, somados ainda à dificuldade de acesso ao crédito, juros elevados, inadimplência e concorrência de mercado, inibem o empreendedorismo no País".

O economista lembra que segundo pesquisa realizada pela ACSP com o Ronald Coase Institute junto a empresas de vestuário legalmente constituídas, 73% delas afirmaram ter passado os primeiros anos de vida na informalidade (ver matéria abaixo). "Os empresários se preocupam com a legalização apenas quando passam a integrar a cadeia produtiva,

ou seja, quando querem comprar marcas estabelecidas, fechar contratos de vendas e buscar crédito junto a instituições financeiras. Do contrário, operar na ilegalidade acaba sendo mais vantajoso", afirma. Prova disso é que os setores de atividade que mais "formais" possuem, segundo o estudo da FGV, são justamente aqueles que prestam serviços ou estão relacionados ao setor público (42%), comércio (28%) e indústria (23%).

Márcia Rodrigues e Tsuli Narimatsu

ACSP PROMOVE SEMINÁRIO PELA DESBUROCRATIZAÇÃO

Hoje, Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Fapesp e Sebrae-SP realizam o seminário "Burocracia, Empreendedorismo e Emprego". O evento acontece na sede da ACSP, a partir das 14 horas.

"A burocracia é um dos grandes entraves da produção industrial. Ela vem sendo criada artificialmente para sustentar parasitas", critica Guilherme Afif Domingos, presidente da ACSP e da Fapesp.

"Esse é um dos grandes obstáculos que as empresas vêm enfrentando e a tendência é que este quadro piore a cada dia. Por isso precisamos realizar debates como estes como forma de buscar uma solução", diz Marcel Solimeo, economista do Instituto Gastão Vidigal.

Participam do encontro: Carlos R. P. Monteiro, diretor técnico do Sebrae-SP; o jornalista Luis Nassif; José Rubens Figueiredo e Antônio Marangon, presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Sescon). (MR)